

ANÁLISE DE PRÁTICAS DE MICROCRÉDITO: ESTUDO COMPARATIVO DOS CASOS CREDIMUR NO BRASIL E COOPSOCIAL NA COLOMBIA¹

Tânia Mackenzie Torres ²
Adriel Rodrigues de Oliveira ³
Marco Aurélio Marques Ferreira⁴
Suely de Fátima Ramos Silveira ⁵

Resumo: o objetivo desta pesquisa foi analisar comparativamente as práticas de microcrédito das cooperativas CREDIMUR (Brasil) e COOPSOCIAL (Colômbia), destacando os aspectos convergentes e divergentes entre as ações e políticas de microcréditos entre essas organizações. Para tanto, foram utilizados como referencial, os conceitos, as normas e as bases teóricas sobre microfinanças, microcrédito e cooperativismo de crédito. Foi utilizada a abordagem quantitativa para a realização do trabalho, no referente à percepção dos cooperados da mesma, para a qual, o instrumento utilizado foi questionário. Os principais resultados encontrados foram que as cooperativas estudadas adotam uma lógica de mercado em que o importante é ampliar a cobertura de serviços financeiros para seus associados, outorgando-lhes segurança e benefícios.

Palavras-chaves: cooperativas, microcrédito, comparação, Brasil, Colômbia.

Códigos JEL: G2, G21, Q13

ANALYSIS OF MICRO CREDIT PRACTICES: COMPARATIVE STUDY OF TWO CASES – CREDIMUR IN BRAZIL AND COOPSOCIAL IN COLOMBIA

***Abstract:** the objective of this research was to analyze comparatively the micro credit practices of the cooperatives CREDIMUR (Brazil) and COOPSOCIAL (Colombia), highlighting the convergent and divergent aspects between the micro credit actions and policies of these organizations. For this, the concepts, standards and the theoretical foundations on microfinance, micro credit and credit cooperatives were used as reference. The quantitative approach was used in this work to show the perception of the cooperative*

Recebido em 26/08/2008. Liberado para publicação em 28/02/2009.

¹ Ensaio elaborado a partir de dissertação defendida na Universidade Federal de Viçosa, MG, em maio de 2008. Linha de pesquisa: Organizações, Gestão e Políticas Públicas.

² Bel.^a em Administração, M.Sc., 2008, pela Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. E-mail: mack_tania@yahoo.com

³ Bel. em Administração, D.S., 1996, USP. Professor Adjunto, Universidade Federal de Viçosa, MG.. E-mail: aroli@ufv.br

⁴ Bel. em Administração, D.S., 2005, UFV. Professor Adjunto, Universidade Federal de Viçosa, MG.. E-mail: marcoaurelio@ufv.br

⁵ Bel.^a em Ciências Econômicas, D.S., 2000, USP. Professora Adjunta, Universidade Federal de Viçosa, MG. E-mail: sramos@ufv.br

members and the used instrument was a questionnaire. The main found results were that the studied cooperatives adopt a market logic, so it is important to expand the coverage of financial services to their members, granting them security and benefits.

Key-words: cooperatives, micro credit, comparison, Brazil, Colombia.

1. Introdução

O setor cooperativista, segundo Alves e Duarte (2007), é importante para a sociedade, à medida que promove a aplicação de recursos privados e assume os correspondentes riscos em favor da própria comunidade onde se desenvolve. De igual forma, por representar iniciativas diretamente promovidas pelos cidadãos, sendo de importância para o desenvolvimento local, especialmente nos aspectos de formação de poupança e de financiamento de iniciativas empresariais que trazem benefícios evidentes em termos de geração de empregos e de distribuição de renda.

O cooperativismo, como instrumento de melhoria econômica e social, potencializa suas ações objetivando interagir seus princípios em função de duas dimensões: a ação individual e a ação do grupo. Partindo de interesse individual em solucionar problemas econômicos e sociais, o indivíduo conclui que se unindo a outros poderá alcançar resultados positivos. Dessa forma, os interesses particulares devem ser subordinados aos interesses do grupo. Sob esse enfoque a cooperativa tem sido um instrumento de desenvolvimento, de valorização e de integração dos indivíduos, em todos os segmentos em que atua.

O cooperativismo de crédito, por sua vez, nasceu da necessidade de viabilizar condições de sobrevivência para uma classe de pessoas menos favorecidas, que sofria as conseqüências da usura, prática essa tolerada no século XIX. Atualmente, esse segmento cooperativo tem importância significativa em diversos países desenvolvidos, como França, Estados Unidos da América, Japão, Espanha, Alemanha e Canadá (BIALOSKORSKI, 2006).

No Brasil, as cooperativas de crédito são destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos⁶ dos seus cooperados, visando auxiliar-lhes, sem a avidez pelo lucro, comum nas instituições financeiras convencionais, sob a supervisão do Banco Central, atuando no crédito rural e urbano.

Assim como os demais agentes financeiros, as cooperativas de crédito atuam também na intermediação financeira de recursos, ou seja, captando recursos de quem tem disponibilidade e emprestando-os a quem deles precisa.

⁶ Pequenos negócios (que empregam até 5 pessoas).

No Brasil, de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, em 2007, as cooperativas de crédito no país ascendem a 1.148, e no Estado de Minas Gerais têm-se registradas 246 cooperativas de crédito, sendo esse o Estado com maior número de cooperativas de crédito.

De acordo com o Censo do Cooperativismo Mineiro 2005, realizado pelo Sindicato e pela Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais/Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo de Minas Gerais (Ocemg/Sescoop-MG; 2005), a região metropolitana de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, continua sendo a que abriga o maior número de cooperativas de crédito, 40 em sua totalidade, sendo esse o ramo de maior concentração dentro do Estado.

Nas cooperativas de crédito, entre as suas linhas de crédito oferecidas a seus associados encontram-se o microcrédito como uma alternativa para os empreendimentos dos associados, não contemplados no mercado formal do crédito, por não apresentar garantias reais e cujos negócios são de um tamanho que está aquém do exigido pelos bancos tradicionais (ROSA, 1998).

O microcrédito é definido por Kuhn (2004) como um meio de acesso a pequenos valores monetários de forma desburocratizada, enquanto para Néri e Medrano (2005) são empréstimos de baixo valor concedidos a pessoas de baixa renda. Assim, o microcrédito neste trabalho não se restringe apenas a um tipo de crédito que atende a pessoas de baixa renda, mas sim como uma forma de acesso ao crédito mais facilmente e sem burocracia, oferecida às pessoas que possuem um empreendimento.

Na Colômbia, as cooperativas que exercem atividade financeira constituem, segundo dados da Confederação de Cooperativas da Colômbia – CONFECOP, um total de 209 entidades, em que 203 são supervisionadas pela Superintendência da Economia Solidária⁷ e seis supervisionadas pela Superintendência Financeira.⁸

Entendem-se como atividade financeira, segundo o artigo 30 da Lei 454, de 1998, a captação de depósitos, à vista e a termo, de associados ou de terceiros para colocação, novamente, através de empréstimos, descontos, adiantamentos ou outras operações ativas de crédito e, em geral, o

7 A Superintendência da Economia Solidária foi criada por meio da Lei 454, de 1998, com o objetivo de supervisionar a atividade financeira do cooperativismo e sob os serviços de poupança e crédito dos fundos de empregados e associações mútuas.

8 Supervisa o sistema financeiro colombiano com o objetivo de preservar sua estabilidade, segurança e confiança, assim como promover, organizar e desenvolver o mercado de valores colombiano e a proteção dos investidores, poupadores e assegurados.

aproveitamento ou inversão dos recursos captados dos associados ou de terceiros.

A carteira de créditos do setor cooperativo com atividade financeira em setembro de 2007, de acordo com a Confederação de Cooperativas da Colômbia – CONFECOOP, atinge US\$ 2,8 milhões de dólares, com um crescimento anual de 21,3%, e no decorrer do ano o crescimento dessa variável tem sido de 13,91%, ratificando uma tendência constante e crescente observado nos últimos anos.

A carteira do microcrédito, em setembro de 2007, apresentou um crescimento anual de 87,57%. É importante ressaltar que essa carteira vem ganhando espaço, devido às iniciativas próprias das cooperativas no aspecto do crédito, somado à política do governo denominada banca das oportunidades⁹ e a outras iniciativas dirigidas pela CONFECOOP.

O microcrédito empresarial outorgado pelo setor cooperativo, em 2007, alcançou US\$ 79 milhões de dólares, com um volume de 54.413 operações de créditos e média de empréstimo de US\$ 1.467. Em relação ao total do microcrédito do setor financeiro tradicional, o outorgado pelas cooperativas representa 8,32%, assim, o setor cooperativo financeiro conta com 1.194.096 créditos e com um valor, em média, de 2.334 dólares.

A consolidação do setor cooperativo na Colômbia oferece à população oportunidades de alternativas financeiras que, por meio do tipo solidário, se constituem em um elemento fundamental para fazer que o maior número de pessoas se vincule ao esquema de poupança, inversão e crédito.

O objetivo desta pesquisa foi analisar comparativamente as práticas de microcrédito das cooperativas CREDIMUR (Brasil) e COOPSOCAIL (Colômbia), destacando os aspectos convergentes e divergentes entre as ações e políticas de microcréditos entre essas organizações.

2. Referencial teórico

O microcrédito apresenta dois enfoques, um primeiro, em que o microcrédito é considerado como parte das microfinanças e, o outro, em que a característica principal é a metodologia específica utilizada, mas sempre destinado para pessoas que estão excluídas do sistema financeiro tradicional por não apresentarem as garantias necessárias para obtenção de empréstimos.

⁹ A banca das oportunidades é uma estratégia de política do governo nacional, direcionada a lograr o acesso a serviços financeiros para a população de baixos ingressos, com o objetivo de diminuir a pobreza, promover a igualdade social e estimular o desenvolvimento econômico colombiano (DNP, 2006).

Segundo Clark e Kays (1995) *apud* López e Pena (2005), existem vários enfoques sobre o conceito de microcrédito:

- Enfoque Restrito: faz referência ao crédito de pequena monta, oferecido a uma microempresa, buscando o fortalecimento desse tipo de organização produtiva.

- Enfoque Amplo: sob este enfoque enquadram-se os recursos que não são necessariamente dirigidos às microempresas. Define-se como todo crédito de pequeno porte. Assim, inclui agentes marginalizados do sistema de crédito tradicional, cuja atividade produtiva não é uma condição para o acesso ao serviço.

- Outros enfoques.

A reunião de microcrédito de 1997, realizada em Washington, definiu o microcrédito como programas que proporcionam pequenos empréstimos a pessoas muito pobres para projetos de auto-emprego geradores de renda.

O microcrédito, considerado como parte das microfinanças, constitui-se em operações realizadas por instituições que, além de ofertar o microcrédito, também podem ofertar outros serviços financeiros.

Entre as instituições que ofertam esse tipo de microcrédito se encontram as instituições microfinanceiras, as cooperativas de crédito, e os bancos comerciais. O foco da pesquisa são as cooperativas de crédito, para isso é necessário destacar a evolução e importância do cooperativismo.

2.1 Cooperativismo e microcrédito

A cooperação sempre esteve presente na sociedade humana. Surgiu como resultado de necessidades de sobrevivência, promovendo o agrupamento de indivíduos que, com suas idéias e trabalho, buscavam concretizar seus objetivos.

O cooperativismo dito moderno nasceu em 1844, pelo sucesso obtido pela Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Limitada, localizada no distrito de Manchester, na Inglaterra, constituída por 28 tecelões (27 homens e uma mulher), com o propósito de melhorar suas condições sociais e econômicas. A sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale converte-se no ícone, o símbolo do cooperativismo (SINGER, 2002).

A criação dessa cooperativa desencadeou-se em função de uma fracassada greve por melhores salários, que fez que esse grupo de operários julgasse várias hipóteses de solução para seu estado de desespero, como a possibilidade de emigração para outros países ou de maior participação política com intenções revolucionárias (BIALOSKORSKI NETO, 1994).

Os “Pioneiros de Rochdale”, como foram chamados esses tecelões, buscaram a atuação da cooperativa lastreada em estatutos. Os estatutos da sociedade de Rochdale, com seus princípios, normas e estrutura organizacional passaram a ser considerados os Fundamentos Doutrinários do Cooperativismo que, segundo Guimarães e Araújo (2001), resultaram no que se chamou de Princípios Rochdaleanos, em que foram introduzidos preceitos de comportamento do grupo.

A essência do cooperativismo moderno está fundamentada nos princípios Rochdaleanos, que originariamente enunciaram 12 princípios e, posteriormente, em função de diversas discussões filosóficas e doutrinárias, foram feitas modificações, até que a Aliança Cooperativa Internacional– ACI, órgão de cúpula do sistema, fundado em 1985, em seu Congresso de Paris, em 1937, selecionou sete princípios. No congresso de Viena, em 1996, a ACI utilizou-se do termo “princípio”, com o intuito de designar tanto as idéias quanto as práticas, enunciando aqueles que pudessem materializar a realidade daquele momento e de um futuro que proporcionasse a manutenção e desenvolvimento dos ideais cooperativistas (PINHO, 2001).

A ACI, em seu congresso de 1995, realizado em Manchester, Inglaterra, deliberou por uma revisão dos princípios, ficando, assim, enunciados (OCB, 1995): adesão livre e voluntária dos sócios; gestão democrática pelos membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e interesse pela comunidade.

O crescimento desse sistema se espalhou por diversas partes do mundo, estando hoje representado em mais de 100 países, congregando cerca de 236 organizações representativas, com aproximadamente 730 milhões de pessoas, conforme Bialoskorski (2006).

No Brasil, onde o movimento se iniciou no final do século XIX, a gestão representativa do sistema é realizada pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, como órgão de cúpula em âmbito nacional. Nos estados, as cooperativas congregam-se em torno das organizações cooperativas estaduais – OCEs, que buscam também orientar a formação de novas cooperativas, bem como o treinamento e desenvolvimento das organizações.

Na Colômbia, o movimento cooperativista iniciou-se no início do século XIX, e com a Lei 134, de 1931, expedida pelo Congresso Colombiano, regulamentou-se a constituição de cooperativas. As primeiras delas foram de consumo, de poupança e crédito, e nove anos depois constituiriam cooperativas de produção, de transportes e de vivenda. A gestão

representativa do sistema é realizada pela Confederação de cooperativas da Colômbia – CONFECOOP, como órgão de cúpula em âmbito nacional.

Segundo a definição da ACI, revisada em seu congresso de 1995, a cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa coletiva e democraticamente gerida (OCB, 1995).

De acordo com Bialoskorski (2006), as cooperativas são caracterizadas como organizações de função econômica sem o objetivo de lucro. São instituições que provêem a sociedade não só de bens públicos e sociais, como também promovem o desenvolvimento econômico, a distribuição de renda e a geração de emprego.

De forma semelhante ao nascimento da primeira cooperativa no mundo, o cooperativismo de crédito desenvolveu-se também no sentido mutualístico, em que o pequeno se revolta pacificamente contra seu explorador, na tentativa de se emancipar economicamente, por meio da ajuda mútua e pela união de esforços.

Adquirindo as experiências dos pioneiros de Rochdale, as cooperativas de crédito foram fundamentais para a formação e consolidação do pensamento cooperativo. Contudo, as diferenças culturais entre os cooperativistas ingleses e outros povos que aderiram à corrente cooperativista, como alemães e italianos, contribuíram para as mudanças nos princípios adotados pelos pioneiros de Rochdale. Dessa forma, surgiram diversos sistemas de cooperativas de crédito, com princípios diferentes daqueles que as inspiraram, como os modelos de Schulze-Delitzch e Raiffeisen, os quais inspiraram os tipos Luzzatti, Haas e Wollemborg. Ainda, no Canadá, surgiu um tipo de cooperativa de crédito que recebeu o nome de seu fundador, Desjardins. Descrevem-se a seguir, de acordo com Singer (1998), os principais sistemas tratados pela assinatura.

- Sistema Schulze-Delitzch

Conforme Guimarães e Araújo (2001), o nome surgiu por causa de seu idealizador, Herman Schulze (1808-1883) que vivia em uma pequena cidade da Alemanha, chamada de Delitzch.

Segundo Pinho (1966), entre suas características principais se destaca o fato de a cooperativa destinar-se, sobretudo, à classe média urbana, não tendo, entretanto, caráter de organização classista, o que permitiu a participação de toda a população e inspirou as cooperativas do tipo Luzzatti,

de origem italiana, que eram abertas a todas as pessoas, sem distinção de classes. Para se ter uma noção da força desse modelo de crédito cooperativo, Guimarães e Araújo (2001) comentaram que, em 1859, a Alemanha já possuía 111 cooperativas de crédito, preponderantemente urbanas, lideradas por Schulze, em sua maioria com resultados satisfatórios.

- Sistema Raiffeisen

Segundo Pinho (1982), nesse modelo de cooperativa de crédito, organizado pelo agricultor Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888), cujo amor pela agricultura o levou a procurar solução para os problemas do crédito agrícola, agravados durante o período de 1847 a 1848, destacam-se, como características principais, o fato de não haver remuneração aos dirigentes da sociedade nem distribuição de retorno, sendo de maior importância a formação da moral dos cooperados.

Em 1863, Raiffeisen criou a primeira Caixa de Empréstimos Rural, em Heddesdorf, com características de cooperativa de crédito. As Caixas Rurais de Raiffeisen se agrupam em confederações para constituir bancos cooperativos, cujo capital elas subscrevem, tal como o sistema Raiffeisenbanken¹⁰.

Os sistemas Schulze-Delitzch e Raiffeisen encontram-se, hoje, consolidados pelo instituto DG-Bank, com sede em Frankfurt, com cerca de 20.000 agências e mais de U\$ 800 bilhões em ativos financeiros. É o segundo sistema bancário da Alemanha, movimentando cerca de 28% dos recursos de todo o sistema financeiro (PINHO, 1982).

- Sistema Luzzatti

Segundo Pinho (1966), de modo geral os organizadores de cooperativas de crédito de diversos países têm ido buscar inspiração em Schulze-Delitzch e Raiffeisen, mas a necessidade de adequá-los às suas peculiaridades economicossociais leva-os a desenvolver outros sistemas. É o caso, por exemplo, dos bancos populares do tipo Luzzatti. Os Bancos Populares foram fundados por Luigi Luzzatti (1841-1927), na Itália, a partir de 1864. Apesar de se basearem em Schulze-Delitzch, apresentavam algumas modificações: embora se apoiem na entre-ajuda, admitem auxílio dos poderes públicos, mas apenas supletivamente. Esse auxílio deve desaparecer assim que a cooperativa apresentar condições de resolver seus próprios problemas. Valorizam o senso de responsabilidade e o comportamento dos cooperados

¹⁰ Banco cooperativo composto pelas caixas de empréstimo rural.

dentro de sérios padrões morais. Nesse sentido, criam todo um sistema de fiscalização recíproca.

- Sistema Desjardins

Segundo Roby (2001), foi no Canadá que Alphonse Desjardins abriu a primeira cooperativa em Lévis (Québec), em 1901, chamada de sociedades cooperativas de poupança e crédito as caixas populares de Lévis, que resultou da síntese dos pensamentos cooperativistas de Raiffeisen, Schulze-Delitzch e Luzzatti e representa o pensamento de auxílio mútuo à atividade econômica, objetivando incentivar entre os cooperados o hábito de poupar, por meio de depósitos regulares, e conceder-lhes crédito necessário às suas atividades a juros mais baixos (PINHO, 1982).

De acordo com Pinho (1982), no Canadá existem duas vertentes do cooperativismo de crédito: o sistema Desjardins, que conta com cerca de 1.350 caixas populares Desjardins e mais de 2.700 agências com mais de U\$ 75 bilhões em ativos financeiros; e um sistema originário do modelo de cooperativas de crédito dos Estados Unidos – *The Credit Union System* (Sistema de Uniões de Crédito), nascidas como reação à recessão americana da década de 1930, que teve grande repercussão no meio oeste do Canadá. São mais de 900 cooperativas, com cerca de 1.700 agências, e U\$ 65 bilhões em ativos financeiros. Mais de 35% da população ativa do Canadá se encontra filiada ao cooperativismo de crédito (PINHO, 1982).

O cooperativismo de crédito desempenha, conforme os aspectos relatados, importante papel junto à sociedade colaborando para o estabelecimento e crescimento das organizações produtivas nos países que o possuem.

3. Metodologia

Neste estudo, utilizou-se a abordagem quantitativa, com objetivo de identificar na percepção dos cooperados das cooperativas estudadas, os aspectos convergentes e divergentes das práticas de microcrédito entre elas, privilegiando a coleta de dados por meio de questionário estruturado, a fim de verificar a distribuição de frequência, as diferenças estatísticas das médias de cada uma das variáveis e, conseqüentemente, traçarem o perfil das características de cada população estudada.

A metodologia utilizada foi o estudo de caso, técnica de pesquisa que permite analisar e conhecer um fenômeno com maior profundidade, e trata-se de uma estratégia adequada quando a pergunta é “como” e “por quê” (YIN,

2003). Como unidades de análise foram selecionadas a Cooperativa de Crédito de Muriaé Ltda. (CREDIMUR), no Brasil, e a Cooperativa de Poupança e Crédito (COOPSOCIAL), na Colômbia, o que permite o estudo de caso comparativo.

Utilizou-se a amostra aleatória para aplicação do questionário. Segundo Gil (1999), para que uma amostra represente, com certo grau de confiança, as características do universo, ela deve conter um número representativo de casos. Alguns fatores interferem diretamente na escolha desse número, como: extensão do universo, nível de confiança, erro máximo permitido e porcentagem com que o fenômeno se verifica. Dessa forma, considerando o nível de confiança de 90% (1,645) e erro de 10%, obteve-se uma amostra estatisticamente representativa de 60 e 52, associados à CREDIMUR e à COOPSOCIAL, respectivamente.

Os questionários foram aplicados no período de novembro a dezembro de 2007 e preenchidos diretamente em cada cooperativa.

Para o análise e tratamento dos dados foi utilizado-se o Programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 15.0, para a realização de análise exploratória dos dados, identificando o mínimo, o máximo, a média e o desvio-padrão de todas as variáveis envolvidas para cada país. Segundo Triola (2005, p. 78), a análise exploratória de dados “é o processo de uso de ferramentas estatísticas para investigar conjuntos de dados com o objetivo de compreender suas características importantes”.

Foram realizadas, ainda, a análise da distribuição das frequências e a tabulação cruzada, que, de acordo com Hair (2005, p. 262), “a distribuição de frequência examina os dados de uma variável por vez e oferece contagens das diferentes respostas para os diversos valores da variável”. Esse mesmo autor definiu a tabulação cruzada como aquela que permite descrever o conjunto de relações, sendo ela “a distribuição de frequência de respostas de dois ou mais conjuntos de variáveis”.

Para a análise cruzada, foi utilizada a técnica não-paramétrica qui-quadrado, com o objetivo de testar a independência das duas variáveis categóricas e, dessa forma, atestar a premissa de que as variáveis são estatisticamente independentes, o que corresponde à hipótese nula ou rejeitar H_0 , significando que as variáveis são dependentes e que há relação entre elas em um nível de significância de 10%. Segundo Kazmier (2007, p. 217), “a independência da variável implica que o conhecimento da categoria na qual a observação é classificada, em relação a uma variável, não tem efeito sobre a probabilidade da outra variável estar em uma das duas categorias”.

A análise de qui-quadrado foi contemplada por permitir testar as diferenças estatísticas entre os grupos e rejeitar ou não a hipótese de independência das variáveis. Segundo Hair (2005, p. 293), a estatística qui-quadrado “é utilizada para testar a significância estatística entre as distribuições de frequência de dois ou mais grupos”.

Para comparar as médias de amostras independentes, utilizou-se a técnica paramétrica teste t, considerando-se que o estudo privilegiou dois grupos ou populações diferentes, sendo necessário identificar se os valores das médias desses grupos são iguais estatisticamente ou não. Segundo Hair (2005), o teste t pode ser usado para testar uma hipótese que estabelece que as médias das variáveis associadas com duas amostras ou grupos independentes serão iguais. Para tanto, considerou-se como hipótese nula que as médias das variáveis do Brasil são estatisticamente iguais às da Colômbia. A hipótese alternativa: as médias das variáveis do Brasil são estatisticamente diferentes com relação às da Colômbia. Ainda, foi utilizado o Excel For Windows, versão 2000, para elaboração de quadros e gráficos.

Para comparar as taxas de juros praticadas pelas cooperativas, foi necessário calcular a média ponderada, devido ao fato de que as cooperativas tinham diferentes taxas praticadas, de acordo com a respectiva definição em Triola (2005).

Para o cálculo da taxa média ponderada, foi necessário identificar as taxas de juros praticadas pelas cooperativas e multiplicar pela porcentagem de frequência. O resultado deve ser dividido pela taxa de juros básica da economia de cada país, em que, no Brasil, é 11,25% e na Colômbia, 9,75%, para determinar a proporção das taxas com respeito à taxa básica de cada país, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 ? Proporção de taxas de juros dos países

Taxas de juros (x)		Frequência (f)		Percentual de frequência (%f)		x . %f	
Brasil	Colômbia	Brasil	Colômbia	Brasil	Colômbia	Brasil	Colômbia
6,75%	18%	9	6	15	11,5	1,013	2,07
7,50%	18,97%	1	43	1,7	82,7	0,128	15,69
8,50%	21,50%	2	2	3,3	3,8	0,281	0,82
8,75%	22,50%	46	1	76,7	1,9	6,711	0,43
9,50%	-	2	-	3,3	-	0,314	-
Totais:	?f =	60	52		?(f . x)=	8,445	19,00

Nota: Proporção de taxas de juros = $(\hat{a} (f.x)/\text{taxa básica da economia}) \times 100$

Fonte: Elaborado pelo autor

4. Análise dos resultados

Com o objetivo de melhor caracterizar o microcrédito oferecido pelas cooperativas selecionadas para estudo, buscou-se caracterizar os negócios dos associados, tomadores do microcrédito, bem como identificar, na percepção deles, os aspectos convergentes e divergentes entre elas.

4.1. Fatores comuns às cooperativas

Ao realizar a análise exploratória dos dados, foi possível identificar variáveis que representam pontos comuns entre as cooperativas do Brasil e da Colômbia, no que se refere aos negócios dos associados (Tabela 2).

Tabela 2 – Fatores comuns às cooperativas e aos negócios dos seus associados

Variáveis	Brasil	Colômbia
Pequenos negócios	100%	100%
Empréstimos		
Até 5.000 dólares	68%	98%
Acima de 5.000 dólares	32%	2%
Taxa de juros praticados		
Inferior ao mercado	75%	94%
Igual ou superior ao mercado	25%	6%
Garantias		
Avalistas	88,3%	98,1%
Outras	11,7%	1,9%
Finalidades do empréstimo		
Capital de giro	32%	77%
Melhoramento das instalações	47%	-
Outras	-	23%
Avaliação do crédito		
Melhor que o do mercado	96%	98,1%
Igual ao do mercado	4%	1,9%

Fonte: Dados da pesquisa

É possível observar na Tabela 2, que dos associados das cooperativas do Brasil e da Colômbia que foram beneficiados com o microcrédito, 100% possuem pequenos negócios¹¹, e cujo percentual significativo dos

¹¹ Caracterizada como pessoa jurídica e firma individual, e, no que se refere ao número de empregados, este pode ser até cinco, considerados para pesquisa.

empréstimos ofertados é de baixo valor, ou seja, até 5.000 dólares, com base na Lei n.º 590, de 2000, estipulada pela legislação colombiana.

Com essa constatação, pode-se perceber que o perfil das pessoas beneficiadas com o crédito está em consonância com o pretendido na política de microfinanças dos países envolvidos.

É possível inferir que a taxa praticada pelas cooperativas, para atender à linha de microcrédito, é mais atrativa para os associados. Observa-se que 75% dos tomadores de empréstimo à cooperativa do Brasil e 94% dos da Colômbia, respectivamente, consideram a taxa de juros praticada menor, se comparada com a praticada pelos bancos tradicionais. Outro aspecto que torna o microcrédito atrativo é a rapidez na concessão do empréstimo, pouca burocracia e taxas diferenciadas, dependendo do tipo de negócio.

No que se refere às garantias exigidas para liberação do empréstimo, observa-se que em ambos os países, para assegurar a liberação dos créditos, é exigido um avalista, ou seja, pessoa que se compromete com o pagamento da dívida no caso de o associado não honrar com o compromisso.

Com relação às finalidades dos empréstimos, percebeu-se que em ambos os países estão sendo utilizados para capital de giro, tendo na Colômbia representatividade maior (77%). No Brasil, apenas 32% dos associados utilizam o crédito para capital de giro, sendo mais comum (47% dos respondentes) utilizá-lo para investir no melhoramento da instalação.

Essa afirmação se justifica pelo fato de que os negócios dos associados da cooperativa brasileira estão representados pela atividade agropecuária, o que não acontece na cooperativa pesquisada na Colômbia, que, apesar de estar caracterizada como uma região eminentemente agrícola, mostrou a predominância de atividades do ramo comercial, industrial e de serviços, justificada pelo fato de que a cooperativa não está vinculada a programas do governo para ofertar créditos subsidiados ao setor agrícola, o que é realizado pelo Fundo para o Financiamento do Setor Agropecuário¹² – FINAGRO e pelo Banco Agrário¹³.

Para perceber a satisfação dos tomadores de empréstimo, buscou-se identificar como os associados o avaliam. Notou-se que a maioria, 97%,

12 É um banco estatal criado para financiar o setor agropecuário, nas atividades agrícolas, pecuárias e qualquer que tenha relação com setor rural.

13 É uma entidade financeira estatal, criada com o objetivo principal, mas não exclusivo, de prestar serviços bancários ao setor rural, com autorização para financiar atividades rurais, agrícolas, pecuárias, pesqueiras, florestais e agroindustriais, e em geral para atender às necessidades financeiras nos setores rural e urbano.

consideram que o crédito oferecido pelas cooperativas de ambos os países é melhor que o ofertado por outras instituições financeiras.

4.2. Fatores divergentes aos negócios dos associados

Assim como se buscou identificar os fatores comuns, na Tabela 3 são apresentados os principais aspectos divergentes entre as cooperativas do Brasil e da Colômbia, relacionados aos negócios dos beneficiários do microcrédito.

Primeiramente, pretendeu-se identificar o ramo de atividade dos tomadores de empréstimo. Surpreendentemente, notou-se que na cooperativa da Colômbia, apesar de estar inserida numa zona agrícola, apenas 2% dos recursos foram destinados para o setor agropecuário. No entanto, percebeu-se que parte significativa da linha de microcrédito, repassada para os associados da cooperativa da Colômbia, é direcionada para o setor de serviços, como lanchonete, restaurante e oficina mecânica, o que no Brasil não foi identificado.

Na cooperativa brasileira, quase que na sua totalidade, os créditos são direcionados para o setor agropecuário, especificamente para leite, gado e suinocultura, o que é justificado pelo fato de a cooperativa trabalhar a carteira de Pronaf, sendo este um programa governamental específico para a agricultura familiar, justificando as taxas de juros baixas, diferenciadas para este ramo de atividade.

Em razão do tipo de atividade que prevalece nos pequenos negócios dos entrevistados brasileiros, observou-se grande porcentagem de proprietários do sexo masculino, correspondendo a 90%. Já na Colômbia, onde os negócios são diversificados, não há predominância da variável sexo entre os proprietários dos negócios, estando em convergência com o que está acontecendo no mundo, em que a equidade de gênero é importante para o acesso ao mercado produtivo, de maneira igualitária tanto para homens quanto para mulheres.

Com relação ao número de empregados, verificou-se que nos negócios dos associados à cooperativa colombiana, no transcurso do tempo, o número de empregos não se alterou, ou seja, não foram desvinculados nem contratados novos empregados, o que permite inferir que, na Colômbia, os empréstimos concedidos pela cooperativa estão contribuindo para a manutenção dos trabalhadores existentes nas atividades analisadas.

Tabela 3 – Fatores divergentes entre as cooperativas e entre os negócios dos seus associados

Variáveis	Brasil	Colômbia
Ramo de atividade		
Indústria e comércio	3%	65%
Agropecuária	97%	2%
Serviços	-	33%
Atividade		
Bovinocultura (leite e gado)	92%	2%
Suinocultura	3%	-
Café	2%	-
Confecções	3%	4%
Comércio varejista (vestuário e cosméticos)	-	13%
Serviços (lanchonete, oficina mecânica, restaurante)	-	23%
Padaria	-	4%
Outros (diversificado)	-	54%
Sexo dos proprietários		
Homens	90%	50%
Mulheres	10%	50%
Empregados		
No início do negócio		
Sem empregados	26,6%	-
1 até 2	46,7%	88,5%
3 até 5	20,0%	5,7%
Mais de 5	6,7%	5,8%
Atualmente		
Sem empregados	6,6%	-
1 até 2	33,4%	88,5%
3 até 5	36,7%	5,7%
Mais de 5	23,3%	5,8%
Empregados formais	72%	85%
Serviço de contabilidade		
Terceirizado	86%	9%
Não efetuam	12%	33%
Efetuado pelo dono	2%	58%
Valor médio emprestado (dólar)	5.763	1.79
Pagamento dos empréstimos		
Curto prazo - até 12 meses	92%	25%
- de 14 a 16 meses	-	6%
Longo prazo (mais de 18 meses)	8%	69%
Proporção das taxas de juros	75%	195%
Apoio gerencial recebido		
Atividade agropecuária	58%	Não tem
Outras atividades	Não tem	Não tem

Fonte: Dados da pesquisa

É possível que o oposto tenha ocorrido no Brasil, visto que se observou, durante a realização da pesquisa, o dobro do número de empregados, em comparação com o número observado no momento de início das atividades dos empreendedores, o que permite inferir que os investimentos nos pequenos negócios estão gerando novos empregos. Os negócios dos associados à cooperativa brasileira necessitam de mais mão-de-obra para a sua sustentação, uma vez que predomina a atividade agropecuária. No Brasil, entretanto, verificou-se número inferior de empregos formais, ou seja, menos carteiras assinadas, o que também pode ser justificado pela contratação de empregados temporários.

Grande discrepância foi notada quando se solicitou informação sobre o serviço de contabilidade. Observou-se que, no Brasil, 86% do total dos respondentes beneficiários do microcrédito terceirizam esse serviço, enquanto na Colômbia 67% do total dos respondentes dispunham de serviços de contabilidade, 9% terceirizam-na e o restante (58%) o próprio dono do empreendimento o realiza.

No que se refere ao volume de recursos disponibilizados, nota-se que o valor médio emprestado aos associados da cooperativa CREDIMUR (Brasil) foi de 5.763 dólares, muito maior que o oferecido pela COOPSOCIAL (Colômbia), que corresponde a 1.790 dólares. Tal fato pode estar relacionado ao tipo de créditos ofertados pela CREDIMUR, pois são, na sua maioria, recursos do programa Pronaf¹⁴, subsidiados pelo governo e com baixas taxas de juros para o setor agropecuário.

Os entrevistados brasileiros afirmaram que a utilização do crédito quase sempre é para capital de giro e cobertura de caixa, sendo, portanto, um crédito de curto prazo. Isso confirma a teoria sustentada por Leoni (1997) de que o crédito, no curto prazo, é utilizado para compra de insumos necessários à atividade operacional, para cobertura de caixa e para capital de giro, entre outros.

Já na Colômbia os créditos são outorgados de acordo com a quantidade de aportes que o associado tem na cooperativa, predominando o financiamento de longo prazo, o que foi constatado para 69% dos casos.

Quanto à proporção das taxas de juros aplicadas nos países pelas cooperativas, pode-se observar que a taxa de juros no Brasil corresponde a

¹⁴ O Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – visa “destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família” (http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/pronaf.asp#1).

75% da taxa Selic¹⁵ e, na Colômbia, corresponde a 195% da taxa de referência para a economia colombiana¹⁶, o que significa que na Colômbia o custo de empréstimo é, relativamente, maior e justifica-se pelo fato de que a cooperativa colombiana não conta com programas subsidiados pelo governo destinados ao microcrédito rural.

Quanto ao apoio gerencial, requisito indispensável ao microcrédito, notou-se que a cooperativa da Colômbia não o fornece aos seus associados, apenas realizam palestras sobre manejo dos negócios. No Brasil, o panorama é outro, posto que a cooperativa fornece apoio gerencial àqueles que possuem negócios no setor agropecuário, o que é exigido pelo governo brasileiro. Entretanto, notou-se que, apesar da exigência do governo, alguns beneficiários não estão sendo contemplados com a assistência técnica ou não solicitaram esse apoio.

Outra variável que demonstra discrepância entre os negócios vinculados às cooperativas é o tempo de existência deles.

De acordo com os dados disponibilizados no Gráfico 1, pode-se verificar que, no Brasil, a maioria das empresas se encontra no mercado há cinco anos ou mais, ao passo que, na Colômbia, foram iniciados há menos de cinco anos.

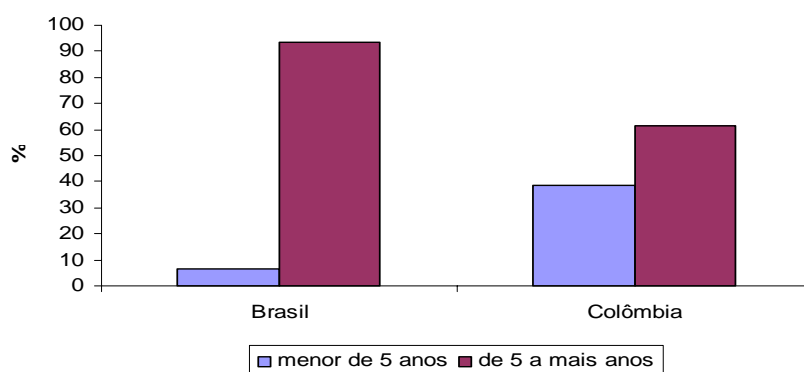


Gráfico 1 – Tempo da existência dos pequenos negócios.

Fonte: Dados da pesquisa.

15 Taxa de referência definida pelo Banco Central do Brasil, relativo à correção a ser aplicada sobre o capital depositado pelo investidor nos bancos ou instituições financeiras. A taxa utilizada é referente ao mês de março de 2008.

16 Taxa básica da economia colombiana, referente ao mês de março de 2008.

Ainda com o objetivo de identificar fatores convergentes ou divergentes entre os negócios dos beneficiários do crédito, relacionados às cooperativas estudadas, aplicou-se o teste t, comparando as médias das variáveis dos países para rejeitar ou aceitar a hipótese nula, ou seja, as médias dos países são estatisticamente iguais.

Observa-se, na Tabela 4, que para a variável empregados (que se encontram atualmente vinculados aos negócios) a média da cooperativa brasileira é maior que a da Colômbia, o que permite inferir que os negócios dos associados à cooperativa brasileira empregam mais que a colombiana e, assim, incentiva mais a geração de emprego. Da mesma forma, o tempo médio de existência dos negócios da cooperativa brasileira é maior que o da Colômbia.

Pode-se observar também que as médias relativas às idades dos proprietários dos negócios no Brasil são maiores do que os da Colômbia, podendo estar indicando que os gestores brasileiros são pessoas mais experientes, o que também pode ser verificado ao comparar as médias da variável experiência na atividade.

Ao analisar as médias do valor emprestado, em dólar, pôde-se observar que a cooperativa brasileira está emprestando mais que a colombiana, o que pode ser justificado pela disponibilidade de recursos de programas governamentais direcionados ao setor agropecuário, como é o caso do Pronaf, em que as taxas médias de juros praticadas na cooperativa brasileira são menores que na colombiana.

A Colômbia também supera o Brasil nas médias referentes à duração dos empréstimos, o que já era de se esperar, visto que na cooperativa brasileira predominam os créditos subsidiados pelo governo para o setor agropecuário, realizados no curto prazo (12 meses).

Tabela 4 – Análises das variáveis estudadas pelo teste T

Variável	Brasil	Colômbia	Teste t	Desigualdad e media	Sig.
Empregados (atualmente)	5,93	2,40	2,226	3,529	,028
Tempo de existência	4,83	3,81	5,355	1,026	,000
Idade	53,47	45,56	3,387	7,909	,001
Experiência na atividade	27,00	13,67	6,002	13,327	,000
Valor (dólar)	5763,33	1789,92	9,379	3973,41	,000
Taxa média anual de juros	8,4%	19%	-73,178	-10,577	,000
Duração do empréstimo (meses)	12,08	22,73	-7,481	-10,647	,000

Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar as variáveis ramo de atividade e sexo, observou-se que em ambos os países as variáveis são dependentes, ou seja, existe uma relação entre o tipo de negócio a que se dedica o proprietário e o seu sexo.

Comparando o faturamento dos negócios com o montante emprestado, observou-se que, no Brasil, as duas variáveis têm relação. No caso da Colômbia, não foi efetuada a análise devido ao fato de que o faturamento dos negócios foi inferior a 60 mil dólares.

Ao relacionar o montante emprestado com as garantias exigidas pelas cooperativas, observou-se que na Colômbia as variáveis são dependentes, pois, quanto maior o valor emprestado, maiores as garantias exigidas, atuando como uma cooperativa numa economia de mercado. No entanto, no Brasil as variáveis são independentes, não têm relação, e as garantias exigidas pelo Programa Pronaf são sempre as mesmas.

Tabela 5 – Análises cruzadas e qui-quadrado

Variáveis Cruzadas	Test X ²	
	Brasil	Colômbia
Sexo x ramo de atividade	0,000	0,010
Faturamento x valor emprestado	0,063	-
Valor emprestado x garantias	0,265	0,010
Tempo de afiliação à cooperativa x valor emprestado	0,975	0,094
Idade x experiência na atividade	0,313	0,001
Taxa de juros* x avaliação do microcrédito	0,016	0,749
Número de empregados atuais x carteira assinada	0,000	0,000
Finalidade do empréstimo x principais problemas**	0,001	0,078

* Comparadas com a taxa do mercado.

** Falta de capital (investimento e giro).

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar o tempo de afiliação dos associados à cooperativa com o montante emprestado, observou-se que, na Colômbia, as variáveis são dependentes, pois quanto mais tempo de afiliação, maior o montante emprestado. Isso ocorre em razão de os empréstimos realizados pela cooperativa COOPSOCIAL dependerem dos aportes de dinheiro que tem o associado, ao contrário do que ocorre no Brasil, onde as variáveis são independentes, pois os empréstimos da CREDIMUR são

destinados, na grande maioria, ao setor rural, os quais são créditos subsidiados pelo governo e não se leva em conta o tempo de afiliação dos associados à cooperativa.

Comparando a idade dos proprietários dos negócios com a experiência na atividade realizada, pode-se observar que, na Colômbia, em um nível de significância de 1%, as variáveis têm relação, pois, quanto maior a idade das pessoas, mais experientes elas são, o que já era esperado. O contrário ocorre no Brasil, onde as duas variáveis são independentes, não demonstrando ter algum tipo de relação.

Ao comparar a variável taxa de juros (relação entre a taxa da cooperativa e a dos concorrentes) e a avaliação do microcrédito, verificou-se que, no Brasil, existe relação entre as variáveis, portanto o associado avalia melhor o microcrédito quando considera que este oferece taxas de juros inferiores às do mercado. Já, na Colômbia, as variáveis são independentes.

Na relação entre número de empregados atuais e empregados com carteira assinada, pode-se observar que, em ambos os países, as duas variáveis têm relação, pois, quanto maior o número de empregados, maior o número daqueles com carteira assinada, ou seja, esses trabalhadores adquirem o “status” de formais. Esse resultado demonstra que, com o crescimento do negócio, é possível empregar mais, o faturamento será maior e, conseqüentemente, proporcionará aos empreendedores formalizar a situação dos seus empregados.

Observou-se também que, em ambos os países, as variáveis finalidade do empréstimo e principais problemas são relacionadas. Isso porque a falta de capital, que foi o principal problema dos negócios, estando representada pela falta de recursos para investimento e capital de giro. No que se refere à finalidade dos empréstimos, têm-se como mais representativos os recursos destinados para capital de giro e para investimento.

5. Conclusões

As cooperativas de crédito, através de sua expansão contínua desde 1998, têm se mostrado cada vez mais importantes para o desenvolvimento dos países. Isso pode ser observado analisando a evolução do número de cooperativas de crédito no período 1997-2007 e também pela sua participação relativa nas operações do setor bancário.

No caso das cooperativas estudadas, ambas estão numa lógica de mercado em que o importante é ampliar a cobertura de serviços financeiros para seus associados, cada vez mais outorgando-lhes segurança e benefícios, cujo papel da organização é dar condições para que a eficiência econômica

seja alcançada e retribuída por meio de sobras ao final do exercício revertidas para os associados, que são os proprietários da cooperativa.

Como instituições financeiras, as cooperativas de crédito podem oferecer serviços aos seus associados, como conta corrente, talão de cheques e limite em conta corrente (cheque especial); depósito a prazo cooperativo (espécie de poupança); recebimento de contas; pagamento de funcionários de cooperativas, prefeituras etc.; crédito pessoal; crédito rural com recursos próprios; crédito rural com repasse de recursos oficiais (ou prestação de serviços); desconto de cheques; administração de fundos públicos e fundos rotativos privados. Resumindo, as cooperativas de crédito prestam basicamente os mesmos serviços fornecidos pelos bancos. Além disso, o atendimento é personalizado, pois o cliente é o associado.

As principais vantagens das cooperativas em relação aos bancos são em que, o associado além de poupar, de ter a mesma cobertura de serviços e, de obter créditos com baixas taxas de juros, também se beneficia da distribuição de sobras ou excedentes ao final do exercício contábil.

As cooperativas contribuem para o desenvolvimento local, dado que a grande parte do dinheiro dos associados tende a ficar no próprio município. Elas, ainda, têm a possibilidade de criação, a partir das sobras ou excedentes, de fundos para investimentos em ações sociais e de educação para os próprios cooperados.

No Brasil e na Colômbia, a política de microfinanças e especificamente o microcrédito é visto como uma estratégia do governo para dinamizar a economia e diminuir o índice de desemprego e a pobreza. Está sendo ofertado para ampliar o acesso ao crédito e inserir pessoas que estão excluídas dos sistemas tradicionais de crédito, podendo ser considerado como instrumento de inclusão bancária tanto social quanto territorial.

No caso da cooperativa brasileira, esta apresenta para o produtor rural uma vantagem, devido ao fato de outorgar créditos subsidiados pelo governo a seus associados, facilitando o acesso ao crédito e inversão no setor agropecuário, como fonte de obtenção de recursos para eles.

No caso da cooperativa colombiana, não trabalha com recursos subsidiados pelo governo para ser aplicado no setor rural, pelo contrário, os recursos com os que conta para todos seus empréstimos são com recursos próprios com base nos depósitos dos associados à mesma.

Na cooperativa CREDIMUR (Brasil), pode-se notar seu estágio de crescimento, em que o número de associados e o número de postos de atendimento cooperativo são maiores e distribuídos estrategicamente, de maneira a chegar a um maior número de pessoas.

Como principais contribuições do microcrédito, na percepção dos cooperados, observou-se que ele foi essencial para propiciar o capital de giro, bem como a manutenção dos pequenos negócios, sendo esses fatores predominantes em ambos os países.

Por fim, as cooperativas de ambos os países a pesar que têm o foco social, o foco econômico é presente, já que estão num estágio de economia de mercado e executam ações para viabilizar políticas do governo.

Referências Bibliográficas

- ALVES, S. D. S.; DUARTE, de M. A. **Microfinanças**: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. Brasília: BCB, 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?microfin>>. Acesso em: 25 jan. 2008.
- BIALOSKORSKI, N. S.; ZYLBERSZTAJN, D. Cooperativismo, economia de empresas e estratégias. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v.29, p. 7-22, 1994.
- BIALOSKORSKI, N. S. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.
- CLARK, P.; KAYS, A.J. **Enabling entrepreneurship**: micro enterprise development in the United States. New York: Aspen Institute, 1995.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. La banca de las oportunidades: una política para promover el acceso al crédito y a los demás servicios financieros buscando equidad social. **Documento Conpes No. 3424**. Bogotá, 2006. Disponible en: <<http://www.fundacioncorona.org.co/publicaciones>>. Acesso em: 14 jun. 2007.
- GUIMARÃES, M. K.; ARAÚJO, A. T. de. **Cooperativismo**: história e doutrina. Módulos 1 e 2. 3. ed. Brasília: CONFEBRAS, 2001. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/bvartigoseconomia>>. Acesso em: 18 jul. 2007.
- HAIR Jr., J. F.; BABIN, B. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005. 471 p.
- KAZMIER, L. **Estatística aplicada à administração e economia**. Tradução por Adriano Silva Vale Cardoso. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. 392 p.
- KUN, D. D. **Operacionalizando os conceitos senianos**: o microcrédito em Constantina /RS. Constantina, 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas/Mesa%2029%20Economia%20Pol%C3%ADtica%20do%20Desenvolvimento%20II/Operacionalizando%20os%20conceitos%20senianos.pdf>. Acesso em: 1º fev.2007.

- NERY, M. C.; MEDRANO, A. L. **Experimentando o microcrédito**: uma análise sobre o impacto do Crediamigo sobre o Acesso ao crédito. São Paulo: FGV, 2005.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 1995. Disponível em: <<http://www.ocb.coop.br/>>. Acesso em: 02 jan. 2007.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2003. Disponível em: <<http://www.ocb.coop.br/>>. Acesso em: 07 jan. 2007.
- PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. São Paulo: Pioneira, 1966.
- _____. O pensamento cooperativo e o cooperativismo Brasileiro. In: **Manual de Cooperativismo**. São Paulo: v. 1, 1982. CNPq, 272 p.
- ROBY, Y. **As caixas populares Alphonse Desjardins – 1900-1920**. Tradução por Carlos Potiara Castro. Brasília: CONFEBRAS, 2001.
- ROSA, A. L. T. da. **Microcrédito**: possibilidades e limitações. Fortaleza: Universidade Federal do Ceara, 1998. Texto para discussão n.º 172.
- SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- TRIOLA, M.F. **Introdução à estatística**. 9. ed. Tradução por Vera Regina Lima de Faria e Flores. Rio de Janeiro: LTC, 2005. 656 p.
- YIN, R K . **Case study research, design and methods**. 3rd ed. Thousand Oaks, Calif: Sage Publications, 2003.